

## OS 'BRASILEIROS' DE TORNA-VIAGEM COMO AGENTES CULTURAIS

### O CASO DE LAMEGO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Isilda Braga da Costa Monteiro\*

Fernanda Paula Sousa Maia\*

Para todos quantos estão habituados a trabalhar o tema da emigração portuguesa oitocentista, e até mesmo novecentista, não deixa de ser surpreendente a dissonância existente entre o discurso crítico das elites intelectuais e políticas sobre o fenómeno e os múltiplos sinais de sentido inverso presentes no quotidiano de muitas das nossas aldeias, vilas e cidades, especialmente as do interior, de que, aliás, Fafe é um bom exemplo. Na verdade, entre nós, o discurso crítico e a percepção das elites acabariam por ter um grande sucesso, aliás esperado.

Detentores privilegiados e legitimados da palavra, as suas práticas discursivas não foram, no entanto, nem imparciais e inócuas, nem os seus contornos podem ser considerados objectivos. Importa, por isso, através das técnicas de análise de conteúdo e de crítica textual disponíveis, tentar 'desnaturalizar' essas práticas discursivas e esses textos e representações produzidos sobre a emigração e, sobretudo, sobre o emigrante. Por trás de muitas destas visões críticas, aparentemente inocentes, podemos sentir o medo das classes dominantes, que temiam ver perturbados os seus interesses, sustentados em modos tradicionais de organização social e económica. A eventual falta de braços nos campos, e mesmo nas cidades, podia, por exemplo, fazer disparar os salários perturbando uma economia, já de si, frágil e pobre, ao mesmo tempo que, por outro lado, a emigração punha, também, a nu muita da fraqueza nacional que, assim, se via inexoravelmente exposta ao exterior, dando a conhecer a miséria, o crescimento lento e a falta de expectativas de uma franja importante e anónima da população.

Não esqueçamos, por outro lado, que foram estes intelectuais e políticos os principais responsáveis pela grande parte da produção documental existente, hoje, sobre o assunto e que, inevitavelmente, acabaria por contaminar escritores, deputados, ministros, mas também jornalistas, e até mesmo, o cidadão comum. Deste modo, especialmente a partir da década de 1890, a visão condenatória da emigração e a imagem negativa do emigrante impôs-se definitivamente, na esteira, aliás, do que acontecia noutros países europeus que, nessa mesma altura e do mesmo modo, preferiram enfatizar as consequências negativas do fenómeno e associá-lo a um sentimento decadentista que caracterizaria o final de Oitocentos<sup>[1]</sup>.

Foi assim, por exemplo, que o fórum político por excelência do Liberalismo português debateu o tema<sup>[2]</sup>. Na verdade, os parlamentares oitocentistas optaram, na maior parte das vezes, por uma argumentação predominantemente subjectiva, emotiva e até dramática nas suas intervenções sobre este tema. Incapazes, na sua grande maioria, de se descolarem de um padrão discursivo predominante alimentado por fantásticas histórias de sangue, suor e lágrimas, intrinsecamente associadas à abolição da escravatura, os deputados não estavam também preparados para ouvir os poucos que, dentre eles, alertavam para a necessidade de resolver o problema da emigração a partir do entendimento diplomático entre os dois países – Portugal e Brasil –, através do estabelecimento de convenções bilaterais que regulassem o processo<sup>[3]</sup>. Por isso, para a maioria dos deputados, neste contexto emocional, nunca o interesse do emigrante e o seu desejo de melhorar a sua vida foi considerado. De acordo com estes pressupostos, a atitude repressiva do Estado era a única que poderia ter lugar.

Na Primeira República, o discurso político prevalecente continuou a ser o que enfatizava a miséria, o analfabetismo e a impreparação dos emigrantes que partiam para o mercado de trabalho brasileiro. Por isso se enfatizou tanto a sua reduzida capacidade para tomar decisões fundamentadas. Provenientes maioritariamente de zonas rurais e muito conservadoras, estes homens seriam, assim, para as elites intelectuais desta época, seres mais facilmente seduzidos por ilusões de riqueza e histórias de enriquecimento fácil a que estavam expostos no seu quotidiano. O próprio Afonso Costa que, no quadro político republicano, podemos considerar um crítico moderado da emigração, constatou isso mesmo nos seus escritos<sup>[4]</sup>. Mesmo os que, nas suas críticas, recorriam a explicações mais sustentadas em argumentos ideológicos, escudando-se em posições nacionalistas, não deixavam de evidenciar opiniões de cariz conservador, lamentando a perda de energia vital para o país e o seu natural empobrecimento em capital humano.

Nem mesmo os que regressavam enriquecidos ajudaram a atenuar esta matriz discursiva. Na verdade, sabe-se hoje que muitos destes homens que partiam não o fizeram para sempre. O retorno definitivo ou, ainda, a reemigração, ou seja, o retorno temporário, gerando um movimento pendular de emigrantes, cadenciado pelos negócios, pelos afazeres, ou apenas para tratar de questões particulares (descansar, marcar presença em casamentos, baptizados e festividades públicas ou privadas), assumiram uma inegável importância e até algum significado estatístico, como o provou, para a região do Porto, Jorge Fernandes Alves<sup>[5]</sup>. Aliás, a simples leitura da imprensa periódica portuguesa de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos confirma este fenómeno ritmado de partidas e

chegadas dos emigrantes de sucesso às suas terras de origem, registadas em pequenas notícias em que o redactor saudava a chegada e dava as boas vindas, fazia votos de boa viagem de regresso ou, simplesmente, desejava melhoras de saúde. Eles eram, afinal, os exemplos mais acabados de sucesso de homens que partindo como iguais, por si próprios tinham conseguido vencer e, por isso, despertavam em seu torno o interesse público, que a imprensa escrita local aproveitava para mediatizar.

Foi, assim, que, pouco a pouco, entre nós, se assistiu ao nascimento da figura do ‘brasileiro’ de torna-viagem fixado na literatura de finais do século XIX, com traços estereotipados que acentuavam o exotismo da linguagem e do vestuário, a ostentação de adereços e dos sinais exteriores de riqueza, associados, geralmente, a um perfil psicológico pouco abonatório, em que a imodéstia, a falta de cultura e de educação, decorrentes de um arrivismo endinheirado, são a tónica. Ridicularizado por escritores, dentre os quais se destaca aquele que foi, na sua época, o primeiro intelectual a viver do seu trabalho de escrita – Camilo Castelo Branco – a imagem caricatural do ‘brasileiro’ constituiu, por sua vez, o extremo, igualmente pouco inocente, deste discurso<sup>[6]</sup>.

Para a maioria dos intelectuais desta época, apesar do sucesso visível, o ‘brasileiro’ não negava as suas origens humildes, tendo sido, genericamente, descrito como rural e analfabeto, de gostos e costumes grosseiros, regressado para casar, ostentar com espanto e exibicionismo a sua riqueza, atraindo inevitáveis invejas dos seus conterrâneos. Nem mesmo Eça de Queirós, no início da sua carreira literária, foi capaz de escapar a este personagem estereotipado, como se pode constatar num pequeno texto publicado, em 1872, n’ *As Farpas*, e que tanta animosidade lhe haveria de trazer no Brasil, embora, anos mais tarde, tenha, em diversas ocasiões, revisto esta posição inicial<sup>[7]</sup>.

Mal entendido pela grande maioria dos intelectuais da sua época, o ‘brasileiro’ foi, no entanto, sem o saber, em Portugal, uma das figuras mais importantes para a dinamização económica, social, política, cultural e educativa das suas terras de origem. Numa altura em que os detractores da emigração não apresentavam qualquer plano alternativo de modernização da economia, como seria, por exemplo, a opção pelo desenvolvimento de uma via industrializadora no país, e se ficavam por argumentos conservadores, como as propostas de diminuição dos impostos que recaíam na agricultura, o desvio estatal do fluxo migratório para o Alentejo ou para as colónias africanas<sup>[8]</sup>, as remessas dos emigrantes inundavam a economia portuguesa que delas, pouco a pouco, se tornara dependente.

Foram poucos, no entanto, os que conseguiram ver para além da matriz discursiva predominante, assumindo um discurso contra-corrente em defesa das virtualidades da emigração. Dentre estes, no entanto, há que destacar os nomes de Oliveira Martins e o mesmo Eça de Queirós de que falámos há pouco, agora, porém, já não como literato, mas no desempenho da sua função diplomática.

Na verdade, em 1887, foi perante uma Câmara de Deputados predominantemente crítica da emigração portuguesa que o intelectual reputado e discreto, J. P. de Oliveira Martins, na qualidade de deputado, ousou afirmar sem rodeios, com a legitimidade que o seu prestígio intelectual lhe emprestava, que havia sido, “a subida do cambio do Brazil, e a abundancia de capitaes disponiveis proveniente d'essas e de outras causas, [que] fez com que os gemidos dos que soffrem se não ouvissem tanto”<sup>[9]</sup>. Efectivamente, Oliveira Martins, perante a assembleia electiva, calcularia “em 10.000:000\$000 réis os capitaes que todos os annos o Brazil manda para Portugal”<sup>[10]</sup>, uma verba que, em termos macro-económicos, se afigurava fundamental para ajudar a saldar o *deficit* nacional.

Mas o alcance e a importância destas remessas para a economia nacional só assumirão maior expressividade para os deputados no momento em que, alguns anos mais tarde, no início da década de 1890, em Portugal se viveria uma conjuntura de graves dificuldades financeiras. Oliveira Martins, já então na pele de Ministro da Fazenda, não deixou de, em 1892, e a contra-ciclo da matriz discursiva oficial, chamar a atenção dos parlamentares para os efeitos da “desorganisação economica e politica do Brazil”, nas taxas de câmbio e na crise que então se vivia. Nas suas palavras “de um momento para o outro faltaram os recursos dos emprestimos, e as remessas de dinheiro do, Brazil. Assim, vimo-nos momentaneamente sem nenhum dos recursos com que podiamos mascarar o nosso estado economico. É esta a crise fundamental, a crise que reclama todas as atenções e para a qual não bastam medidas legislativas; é esta a crise que só o tempo, muito estudo, muito trabalho e muita dedicação podem resolver”<sup>[11]</sup>.

Por seu turno, o Eça de Queirós diplomata assumiria também, sem rodeios, uma defesa clara da emigração, chegando a considerá-la textualmente “como força civilisadora”<sup>[12]</sup>. Num manuscrito que, apenas em 1979, pelas mãos de Raul Rêgo, viu a luz do dia<sup>[13]</sup>, o diplomata reflecte sobre a emigração, fazendo o seu historial, perspectivando-a em contexto europeu, observando as suas causas, reflectindo sobre qual deve ser o papel do Estado e terminando com uma análise sobre “as vantagens geraes que a emigração (...) tem dado à civilisação”<sup>[14]</sup> que merece ser levada em linha de conta.

É esta perspectiva benigna da emigração que, hoje, queremos aqui enfatizar. Efectivamente, estes emigrantes enriquecidos que retornavam, definitiva ou periodicamente, às suas terras de origem foram, na transição do século XIX para o XX, verdadeiros agentes de investimento e de desenvolvimento de muitas localidades portuguesas, especialmente daquelas que geraram os maiores fluxos de partidas, como é o caso, genericamente, de todo o Norte de Portugal, com particular destaque para a sua faixa litoral. Tal como escreveu J. Costa Leite, acreditamos que, não apenas as consequências da emigração não foram perfeitamente percebidas pelos contemporâneos, como sobretudo o impacto da emigração na sociedade portuguesa está, ainda hoje, longe de ter sido explicado adequadamente<sup>[15]</sup>.

O trabalho que, hoje, aqui apresentamos, pretende de certa forma contribuir para repor uma parte desta verdade histórica ainda inteiramente não assumida pela historiografia. A figura de José Ribeiro Conceição é, afinal, um desses emigrantes de sucesso que, retornado periodicamente à terra que o viu nascer – Lamego –, aqui investiu o seu dinheiro, aplicando num sector, geralmente esquecido dos investimentos públicos e privados – a cultura.

Situada na região do Douro, a cidade de Lamego constitui, na primeira metade do século XX, uma plataforma de partida e chegada para uma população que, além fronteiras, procurava a resposta para os seus problemas e para as suas aspirações. A vontade de assegurar a sobrevivência da família ou obter o dinheiro e o reconhecimento social que uma pequena cidade do interior parecia não poder possibilitar, colocava desde cedo a emigração no horizonte de muitos rapazes independentemente das suas posses.

José Ribeiro da Conceição é o quarto filho de João Ribeiro e de Joaquina da Conceição, proprietários no lugar do Bairral em Ferreiros, freguesia rural situada a cerca de quatro quilómetros de Lamego. Nascido a 30 de Agosto de 1872<sup>[16]</sup>, emigrou para o Brasil, nos finais de Oitocentos. Anonimamente. Um entre muitos outros. Sobre o que foi a sua vida em terras brasileiras pouco se sabe a não ser o que a imprensa de Lamego escreveu anos mais tarde. Informações suficientemente vagas que, sem grandes comprometimentos, justificam perante a sociedade a fortuna arrecadada, atribuindo-a a um trabalho árduo, sério e honrado. José Ribeiro da Conceição, dizia-se então, terá enveredado pela actividade comercial tornando-se num dos maiores importadores de Santos, do estado de S. Paulo, entrando, mais tarde, no sector dos transportes como armador e proprietário do vapor de longo curso Pavana, que fazia a ligação entre Buenos Aires e o Norte do Brasil<sup>[17]</sup>. Assim terá feito a fortuna que lhe permitiu alterar radicalmente a sua vida nos primeiros anos de Novecentos, passando

desde então a viver dividido entre dois continentes e duas cidades – Lamego e Santos –, num vaivém contínuo, ao ritmo dos compromissos familiares e profissionais.

Em 1905 José Ribeiro da Conceição vem a Portugal onde fica durante alguns meses. Obedecendo certamente a uma estratégia previamente definida, escolhe Lamego para estabelecer residência (e não Ferreiros que era a sua terra natal) e dá-se, então, como que um segundo nascimento que confere a este emigrante um lugar na sociedade lamecense, com espaço assegurado na imprensa local. O capitalista José Ribeiro da Conceição esteve uns dias em S. Martinho de Mouros, escreve-se em 14 de Outubro de 1905<sup>[18]</sup>, ou, ainda, participou na festa de final de ano em Tarouca, como se noticia em 6 de Janeiro de 1906<sup>[19]</sup>. José Ribeiro da Conceição deixou assim de ser apenas mais um dos que demandaram terras brasileiras e tornou-se numa figura pública, no homem de quem, à semelhança de outros ‘brasileiros’ de retorno, se esperava o dinamismo e o dinheiro necessário para o desejado desenvolvimento da cidade. Como tal, a integração de Ribeiro da Conceição na sociedade lamecense opera-se, tudo o indica, com grande facilidade. Em pouco tempo cria o seu círculo de amigos e de interesses. Assim, antes de partir para Santos, oferece, em sua casa, um jantar de despedida – do qual constavam dois pratos brasileiros que foram muito apreciados – a mais de duas dezenas de amigos, entre os quais médicos, farmacêuticos, notários e membros do clero<sup>[20]</sup>. Reconhecido, e já em Lisboa, pouco antes do embarque, envia um telegrama ao comandante dos bombeiros agradecendo o bom acolhimento que tivera<sup>[21]</sup>.

Menos de três meses depois, em Junho de 1906, Ribeiro da Conceição está de novo em Lamego<sup>[22]</sup>. Tem, então, 35 anos de idade. Casa, em 12 de Janeiro de 1907, com Isaura dos Remédios de Almeida Gonçalves, filha de um comerciante de Lamego já falecido<sup>[23]</sup> e, nos anos seguintes, nascem os primeiros filhos. No entretanto, em Portugal, o regime muda. A Monarquia cai e a República instala-se. Partilhando o ideal dos que acreditavam numa nova forma de fazer política, José Ribeiro da Conceição não passa ao lado dos acontecimentos e participa activamente na vida política local. Essa parece ser a sua forma de estar na vida.

A primeira oportunidade verifica-se quando, aproveitando a mudança do regime político, se reacende uma luta antiga que cíclica e empenhadamente Lamego trava com o poder central – a ascensão a sede de distrito. Um desejo a que José Ribeiro da Conceição não ficou indiferente, vindo a integrar a grande comissão que foi a Lisboa tentar convencer Afonso Costa da justiça dessa medida. Fazendo parte do grupo restrito de capitalistas em que Manuel Luís de Senna, outro ‘brasileiro’ de torna

viagem, também se incluía, e que, em conjunto, se ofereceram para pagar as despesas necessárias e suprir a falta de dinheiro que Afonso Costa apontou como um dos principais obstáculos para a concretização desse objectivo, voltam sem o conseguir. Terá ficado, contudo, o reconhecimento público perante a disponibilidade demonstrada por Ribeiro da Conceição em defesa dos interesses da cidade. No ano seguinte, em Novembro de 1913, como membro do Partido Republicano, Ribeiro da Conceição é candidato a vereador nas primeiras eleições republicanas para a Câmara. Assume funções em 2 de Janeiro de 1914<sup>[24]</sup>, sendo-lhe atribuído o pelouro dos expostos<sup>[25]</sup>. Até 23 de Abril de 1914, dia em que se despede da vereação camarária para fazer mais uma viagem para o Brasil, estará presente em praticamente todas as reuniões cujas actas, curiosamente, nunca assina, mas onde aqui e ali intervém, quer apresentando propostas, quer pedindo esclarecimentos, quer, ainda, participando nos relatórios das comissões para as quais é nomeado.

É neste contexto que a referência ao edifício que alguns anos mais tarde Ribeiro da Conceição transformará em Teatro nos surge pela primeira vez. Em sessão do Senado de 16 de Janeiro de 1914, Alfredo de Sousa, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal levanta a questão das ruínas do antigo hospital, na altura propriedade do Estado, dizendo que uma pessoa da cidade teria manifestado o desejo de o adquirir e que por isso havia todo o interesse em pedir ao Ministério da Justiça que o colocasse em arrematação. Desconhecemos se a pessoa em questão seria Ribeiro da Conceição a quem não escapariam certamente as potencialidades do referido edifício estrategicamente situado na praça nobre da cidade – o Rossio – junto do Seminário, do Paço Episcopal e da Sé. Estamos em 1914. Uma dezena de anos mais tarde, depois de um processo de aquisição do referido edifício por parte da Câmara Municipal para, supostamente, nele construir as escolas primárias da Sé, Ribeiro da Conceição virá a comprar em arrematação pública as ruínas do antigo hospital, para aí erguer um teatro. Uma ideia que todos aplaudiram, mas cuja concretização exigiu de Ribeiro da Conceição, uma enorme determinação, como veremos mais à frente.

Entre Maio de 1914 e Dezembro de 1915, Ribeiro da Conceição está de novo no Brasil. Em Santos inaugura, com pompa e circunstância, uma obra que a imprensa de Lamego vai erguer como bandeira do seu altruísmo e espírito empreendedor – um bairro de casas, no centro da cidade, em Vilesita, entre as Avenidas Campos Melo e Conselheiro Novais, a que deu o nome de *Vila Isaura*, o nome da mulher que tanto quanto as nossas fontes nos mostram não conheceria, ainda, o Brasil. Logo depois, em final de 1915, Ribeiro da Conceição volta a Lamego, não com o intuito de viver dos

rendimentos provenientes do Brasil, comodamente e sem riscos, mas para continuar, na sua terra, a actividade profissional que começara e desenvolvera além-fronteiras. Conhecendo um período de franco desenvolvimento que possibilitou o redesenhar da cidade e a sua modernização, graças à vontade política e ao empenhamento do presidente da câmara e deputado republicano Alfredo de Sousa, Lamego apresenta algumas possibilidades de investimento e negócio que não passam despercebidas a Ribeiro da Conceição, nomeadamente nos sectores dos transportes e da cultura.

Assim, relativamente ao sector dos transportes, aproveitando-se da falta de uma linha de caminho de ferro que Lamego sempre foi reivindicando como um elemento essencial para o seu desenvolvimento, mas que sucessivamente prometida nunca chegou a existir, Ribeiro da Conceição monta uma empresa de carros de aluguer que suscitaria, logo de imediato, os primeiros sinais de animosidade na sociedade lamecense<sup>[26]</sup>. Na verdade, investindo numa área em expansão que já teria, entre as pessoas da terra, posições empresariais demarcadas, Ribeiro da Conceição desafiava poderes instalados e atraía sobre si naturais invejas de outros que, não tendo ido buscar o seu dinheiro à árvore das patacas, tinham subido a pulso na hierarquia social e económica local. Olhado então como um estranho, rapidamente viria a vender a empresa em Abril de 1924<sup>[27]</sup> para poder dar início àquele que, em Portugal, seria, certamente o negócio da sua vida – o Teatro-Circo Ribeiro da Conceição.

Construído a partir das ruínas do antigo hospital, como já referimos atrás, que arrematou em praça pública em 29 de Maio de 1924, por dez mil e um escudos, Ribeiro da Conceição envolver-se-ia num projecto que lhe traria muita projecção social, mas também inúmeros problemas, não apenas inerentes ao processo de reconstrução do próprio edifício como, sobretudo, aqueles decorrentes do facto de ele ter perturbado os interesses económicos estabelecidos desde há muito numa pacata cidade do interior. Isto ganhava uma dimensão mais acentuada num momento em que Lamego dispunha já de duas casas de espectáculo – o Teatro Lamecense<sup>[28]</sup> e o Salão-Teatro<sup>[29]</sup> – e parecia definitivamente colocada no caminho do desenvolvimento que os da terra não queriam partilhar com estranhos.

Apostado em dotar Lamego de um equipamento cultural único e que oferecesse uma dignidade suplementar relativamente aos espaços já existentes, Ribeiro da Conceição não se poupou a esforços para construir a sua jóia que seria simultaneamente o seu ninho de investimento que ele augurava auspicioso. Assim, como podemos ler na imprensa local, contrata António Correia da Silva, um engenheiro do Porto<sup>[30]</sup>, e manda



vir de Braga José da Costa Vilaça que era, segundo a imprensa local, um dos mais conceituados arquitectos do país o que demonstrava bem “o empenho e o prazer que tem que esta obra se realice, e que enfim Lamego passe a ter um grande teatro, á altura duma cidade moderna”<sup>[31]</sup>.

A grandeza do projecto era de facto esmagadora tendo em conta a dimensão da cidade e a mediania a que esta estava habituada. O jornal *A Justiça de Lamego*, em 1927, perdia-se em elogios quando descrevia as potencialidades do Teatro então em construção – “O palco é gigantesco, onde pode trabalhar á vontade uma companhia de revista ou de opereta. Tem dependências para tudo! Salão de recepções, salas de bilhares, *restaurant*, café, bufet, incluindo quatro espaçosas dependências, para comercio, onde se podem montar 4 estabelecimentos”. Quanto à lotação, embora não tendo a certeza avançam com um número suficientemente elucidativo – cerca de dois mil lugares<sup>[32]</sup>. Era uma coisa que, efectivamente, Lamego nunca vira.

Durante os quase cinco anos que durou o processo de reconstrução do edifício, muito poucas referências surgiram na imprensa local como o atesta um artigo publicado a 15 de Janeiro de 1927 no jornal *Éccos da Fraternidade*. Na verdade, aí pode ler-se “tem-se feito na imprensa local absoluto silencio ácerca da grandiosa iniciativa que o snr. José Ribeiro Conceição tomou a peito”<sup>[33]</sup>, o que indicia uma certa tensão em torno deste investimento, nomeadamente pelos efeitos provocados na concorrência relativamente às outras duas salas de espectáculo então existentes. Este temor não era infundado. Na verdade, José Ribeiro da Conceição era um homem que se movia com facilidade nos meios políticos locais e da própria capital – de distrito e nacional – e não escondia de ninguém esse facto. Por isso, os donos das outras duas casas de espectáculo, conhecidas e respeitadas figuras locais, olhavam com algum receio estas cumplicidades e, conseqüentemente, os efeitos nos seus negócios da abertura de uma casa com melhores condições e uma lotação muito superior às suas.

Em 2 de Fevereiro de 1929, inaugurava-se em Lamego, com a pompa inerente à circunstância, o Teatro que levaria o seu nome. Aplaudido pela imprensa local que celebrou com destaque o facto<sup>[34]</sup>, José Ribeiro da Conceição parecia ver, finalmente, uma cidade rendida à sua iniciativa, reconhecendo-lhe o mérito de ter alcandorado a provinciana Lamego, marcadamente periférica, a um dos lugares de referência da vida cultural nacional, ombreando com Lisboa e Porto.

Dando maior ênfase à inauguração, o empresário Ribeiro da Conceição escolhe para a estreia da sua casa de espectáculos uma das companhias mais bem pagas da altura – a Companhia Lucília Simões e Eurico Bragada. Recorde-se que a

actriz Lucília Simões era um dos nomes grandes da representação no teatro D. Maria, em Lisboa, sendo considerada uma das primeiras artistas da alta comédia da cena nacional<sup>[35]</sup>.

No banquete que ofereceu em sua casa, um palacete na Avenida da Boavista, às entidades convidadas, amplamente descrito na imprensa local, podemos perceber a solenidade que José Ribeiro da Conceição procurou imprimir ao momento. Para além do Governador Civil e família, foram convidados o então Presidente da Câmara Dr. Luís Osório, o representante da Associação Comercial de Lamego, e grande parte da elite local, constituída por destacados profissionais liberais, políticos, proprietários e capitalistas. Seguiu-se o espectáculo que durou até às 2 horas da madrugada, e que para além dos esperados discursos e brindes com *champagne* teve como ponto alto a representação da peça O Príncipe João. E como diria o jornal *A Fraternidade*, dirigido por um seu amigo, José de Meneses, “Uma vez dentro deste Teatro chega-se a esquecer que estamos em Lamego”<sup>[36]</sup>.

Este seria o primeiro de muitos outros êxitos que o Teatro Ribeiro da Conceição acolheria. Olhado como um negócio, o empresário cuidou em contratar para directores nomes conhecidos em Lamego – o Dr. José Dias Chanesco e João José Ferraz de Gouveia<sup>[37]</sup> – não descurando também a dimensão artística da programação oferecida. Subjacente a esta atitude percebe-se claramente a necessidade de rentabilizar um investimento, obtendo receitas que lhe permitissem sustentar o negócio. Simplesmente, a abertura deste Teatro em Lamego coincidiu com um dos momentos de crise económica mais sentidos em Portugal, o que, para além de lhe limitar os lucros, fazia acentuar as invejas no seio da concorrência.

Com efeito, as duas outras casas de espectáculo, se bem que praticassem preços mais acessíveis, foram naturalmente afectadas pela abertura de mais um teatro, ficando irremediavelmente comprometido o seu futuro. A constatação desta realidade fê-las redobrar esforços ao nível da programação com o objectivo de captar público e, dessa forma, assegurar a sobrevivência, procurando mesmo ajuda financeira junto do próprio Ribeiro da Conceição<sup>[38]</sup>. Mas esta era uma luta desigual. Ribeiro da Conceição cumpria todos os quesitos legais que a lei determinava para as casas de espectáculos, merecendo o parecer positivo da Inspeção Geral dos Teatros que, por mais de uma vez, inspeccionou o edifício. O mesmo não acontecia com o Salão-Teatro que encerra, definitivamente, as suas portas em 1930 passando a servir como garagem<sup>[39]</sup>, e com o Teatro Lamecense que, esgotada a capacidade de resistência do seu proprietário, é colocado à venda no início de 1931<sup>[40]</sup>. Viria a

encerrar pouco depois, na sequência de um processo de falência, em que o principal credor era o próprio Ribeiro da Conceição<sup>[41]</sup>, reabrindo anos mais tarde com nova gerência.

Contudo, longe de se darem por vencidos, os proprietários das duas mais antigas casas de espectáculo de Lamego, em sociedade com outros homens da terra, montam um barracão próximo ao Teatro Ribeiro da Conceição, a que dão o nome de Cinema ao Ar Livre. Estava-se então em Setembro de 1931 e decorriam as festas de Nossa Senhora dos Remédios, que tantas pessoas atraíam à cidade. Ribeiro da Conceição que até aí parecia ter esperado calmamente pelo encerramento das outras casas de espectáculo, naturalmente esmagadas pela diferença e pela grandiosidade do seu Teatro, sente-se directamente atingido e pede explicações à Câmara Municipal que autorizara a sua montagem e funcionamento. Contudo, sinal inequívoco da mudança do cenário político operada em 28 de Maio de 1926 e que pôs fim à Primeira República em que Ribeiro da Conceição se movimentara com a facilidade de quem partilhava o mesmo ideal político, a Câmara não lhe dá uma resposta. Chamando a atenção para o incumprimento da lei, recorre então à Inspeção Geral dos Teatros que, com rapidez, determina o seu encerramento. A polémica estava definitivamente aberta. O acordo de cavalheiros que até então tornara possível o relacionamento entre todos os proprietários das casas de espectáculo, quebra-se definitivamente. A tensão acumulada ao longo dos últimos anos explode originando, em todos os protagonistas, comportamentos mais impulsivos e longas declarações públicas, que os lamecenses, a residir dentro e fora de Lamego, acompanham com atenção através dos jornais, tomando partido por uns ou por outros. Conforme o relato do próprio Ribeiro da Conceição, então já comendador<sup>[42]</sup>, algumas pessoas teriam planeado, em jeito de vingança, para dia 13 de Setembro, domingo, uma alteração de ordem antes do espectáculo dessa noite ter início, com o objectivo de destruir o mobiliário e os adornos da sua sala de teatro. Sem alternativa encerrou de imediato o seu Teatro, assim permanecendo cerca de um mês<sup>[43]</sup>. Abdicando definitivamente da gestão da casa em que gastara tantos anos da sua vida e tanto dinheiro, e que lhe valeram a acusação de falta de benemerência pelo facto de “não dar filme a pataco”<sup>[44]</sup>, entrega a sua exploração a uma empresa do Porto<sup>[45]</sup>. Publicamente, Ribeiro da Conceição aponta os responsáveis, e diz-se profundamente desiludido com a maneira como vê compensados os seus sacrifícios em prol da cidade, afirmando “É bem merecido o Castigo reconheço-o pois foi bastante ousadia da minha parte o dotar Lamego d’um teatro como nunca teve nem teria”<sup>[46]</sup>. Estava definitivamente consumado o afastamento entre Ribeiro da Conceição e a cidade de Lamego. Significativamente,

será em Santos que, em 1848, José Ribeiro da Conceição virá a terminar os seus dias.

### **Conclusão**

Investindo numa área que, nesta época, era marginal e tida como um luxo, o 'brasileiro' José Ribeiro da Conceição chocou com variáveis inesperadas e que conduziram à sua progressiva desilusão como empresário. A ida ao teatro ou ao cinema era, ainda, entre nós, considerada um luxo, ao alcance de uma pequena franja da sociedade, muito mais do interior. Apenas muito poucos podiam pagar com desafogo o bilhete de acesso, especialmente numa época em que a crise económica, financeira e social era uma realidade. Por isso, este 'brasileiro' ao mexer na rotina pacata de uma cidade de província afectou inexoravelmente os interesses instalados e projectou sobre si naturais invejas de todos os seus conterrâneos. Dir-se-ia que dele se esperaria um comportamento mais ajustado com o padrão do brasileiro de retorno – filantropo desinteressado de instituições de bem-fazer social. Pelo contrário, José Ribeiro da Conceição olhou a sua cidade de partida como um local de investimento, aplicando o seu dinheiro num negócio que ele esperava lucrativo, o que não se enquadrava no modelo habitual. Por isso, desafiando as hierarquias estabelecidas, suscitou tensões e invejas, especialmente dos que com ele concorrenciavam.

No entanto, não há dúvida, para nós hoje, que foram investimentos como o de José Ribeiro da Conceição que alteraram significativamente o panorama cultural de muitas terras. Trazendo consigo vivências únicas, suscitadas pelo contacto com um mundo aberto e modernizado, estes 'brasileiros' ao construírem equipamentos culturais, ainda hoje tão valiosos, colocaram esses locais nos roteiros artísticos e culturais da época, possibilitando o acesso à cultura e ao espectáculo a pessoas que, de outro modo, nunca a ele teriam acedido. Criando públicos, num momento em que a cultura era olhada como um parente pobre pelo investimento estatal, estes homens foram verdadeiros agentes e dinamizadores culturais que, hoje, merecem o nosso tributo, estando ainda por fazer uma verdadeira avaliação do significado que os investimentos nesta área, como noutras, provocaram à escala nacional.

---

\* Investigadora do CEPESE e Colaboradora do Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.

\* Investigadora do CEPESE e Colaboradora do Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.

<sup>[1]</sup> LEITE, Joaquim da Costa – *Portugal and emigration, 1855-1914*. Columbia: Columbia University, 1994. p.63.

<sup>[2]</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa – A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista. Comunicação apresentada. In *II Seminário Internacional: A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Auditório da Universidade Lusíada do Porto, 24 a 29 de Julho de 2006.

<sup>[3]</sup> Veja-se, a este propósito, as sessões de 5 Fevereiro de 1857 ou de 14 de Março 1864.

<sup>[4]</sup> LEITE, Joaquim da Costa – *Portugal and emigration, 1855-1914*... p.534.

<sup>[5]</sup> ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Portugal oitocentista*. Porto: [s.n.], 1994. p.353 (O autor estimou o retorno da emigração oitocentista para o Brasil, entre 30 a 50% dos que partiram).

<sup>[6]</sup> Sabe-se que motivações de índole pessoal devem ter estado por trás desta constante na obra camiliana, uma vez que o seu implacável rival na conturbada paixão que nutriu por Ana Plácido, Manuel Pinheiro Alves, foi ele, também, um ‘brasileiro’.

<sup>[7]</sup> Estamos, por exemplo, a lembrar-nos do prefácio que escreveu, em 1886, para o romance *O Brasileiro* Soares de Luís de Magalhães, no qual aproveitou para criticar a visão romântica estereotipada e louvar a via adoptada por este autor, na medida em que, em sua opinião, este se aproximava de uma visão mais realista do emigrante português regressado do Brasil.

<sup>[8]</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados: 1826-1852*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. p.369-396.

<sup>[9]</sup> *Diário da Camara dos Deputados*... Sessão de 27 de Abril de 1887, p.249.

<sup>[10]</sup> *Diário da Camara dos Deputados*... Sessão de 10 de Junho de 1887, p.1168.

<sup>[11]</sup> *Diário da Camara dos Deputados*... Sessão de 20 de Janeiro de 1892, p.10.

<sup>[12]</sup> QUEIROZ, Eça de – *A Emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1979. p.150.

<sup>[13]</sup> Trata-se de um relatório que Eça escreveu enquanto cônsul, datado de Novembro de 1874, tendo-o entregue a Andrade Corvo, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de partir para o seu posto em Newcastle.

<sup>[14]</sup> Veja-se todo o capítulo IV (p.83-95).

<sup>[15]</sup> LEITE, Joaquim da Costa – *Portugal and emigration, 1855-1914*... p.21-22.

<sup>[16]</sup> Arquivo Distrital de Viseu (A.D.V.), *Paroquiais*, Ferreiros de Avões, Cx.7, nº1, assento nº 13 (29/09/1872) fl.45 v.

<sup>[17]</sup> *A Nossa Terra*. Lamego. nº 29 (9 de Fevereiro de 1929), p.1.

<sup>[18]</sup> *O Progresso*. Lamego. nº 1071 (14 de Outubro de 1905), p.2.

<sup>[19]</sup> *O Progresso*. Lamego. nº 1083 (6 de Janeiro de 1906), p.2.

<sup>[20]</sup> *O Progresso*. Lamego. nº 1092 (10 de Março de 1906), p.2.

<sup>[21]</sup> *O Progresso*. Lamego. nº 1093 (17 de Março de 1906), p.2.

<sup>[22]</sup> *O Progresso*. Lamego. nº 1104 (2 de Junho de 1906), p.2.

<sup>[23]</sup> Arquivo Paroquial da Sé, *Registo Paroquial*, Ano 1907-Casamentos, fl. 1v – 3v.

<sup>[24]</sup> Arquivo Municipal de Lamego (A. M.L.), *Actas de Vereações*, Lº de 2 de Janeiro de 1914 a 2 de Janeiro de 1923, fl. 1-2.

<sup>[25]</sup> A.M.L., *Actas de Vereações*, Lº de 23 de Maio de 1912 a 15 de Junho de 1916, fl. 66.

<sup>[26]</sup> CONCEIÇÃO, José Ribeiro da – Comunicado. A questão dos camions. *A Fraternidade*. Lamego. nº 642 (5 de Maio de 1923), p. 2; nº 644 (19 de Maio de 1923), p. 2; nº 645 (26 de Maio de 1923), p.2.

<sup>[27]</sup> *A Fraternidade*. Lamego. nº 688 (12 de Abr. de 1924), p.2.

<sup>[28]</sup> Começou a ser construído em 1839 e foi inaugurado em 1841 (cf. BASTOS, Sousa – *Dicionário de Teatro Português*. Edição fac-similada. Coimbra: Minerva, 1994, p.347).

<sup>[29]</sup> O seu projecto teve início em 1901 (cf. CABRAL, Fernando – *Cinema em Lamego: do mudo aos nossos tempos*. [S.l.]: Tip. Voz de Lamego, 1996. p.59).

<sup>[30]</sup> *A Fraternidade*. Lamego. nº 713 (4 de Outubro de 1924), p.1.

- [31] *A Fraternidade*. Lamego. nº 698 (21 de Junho de 1924), p.2.
- [32] *A Justiça de Lamego*. Lamego, nº 3 (1 de Fevereiro de 1927), p.1.
- [33] *Éccos da Fraternidade*. Lamego, I ano (XVII), nº 2 (820) (15 de Janeiro de 1927), p.1.
- [34] *A Nossa Terra*. Lamego. nº 29 (9 de Fev. de 1929), p.1-3.
- [35] BASTOS, Sousa – *Dicionário de Teatro Português*. Ed fac-similada. Coimbra: Minerva, 1994. (1ªed. 1908). p.283.
- [36] *A Fraternidade*. Lamego, nº924 (9 Fevereiro de 1929), p.1.
- [37] *Jornal O Beirão*. Lamego. nº1 (31 de Outubro de 1929), p.3.
- [38] *A Fraternidade*. Lamego. nº1059 (19 de Setembro de 1931), p.3.
- [39] *A Fraternidade*. Lamego. nº1033 (14 de Março de 1931), p.2.
- [40] *A Fraternidade*. Lamego. nº1024 (10 de Janeiro de 1931), p.3.
- [41] *A Fraternidade*. Lamego. nº 1082 (12 de Março de 1832), p.3.
- [42] *A Fraternidade*. Lamego. nº 949 (3 Agosto 1939) (Na página 1 pode ler-se que o Presidente da República Grão Mestre das Ordens Portuguesas, conferiu por despacho, datado de 29 Abril p.p., o grau de Comendador da Ordem de Benemerência ao sr. José Ribeiro Conceição; “A sua ex<sup>a</sup> que ainda se encontra nos E.U. do Brazil, a redacção e administração do jornal ‘A Fraternidade’ envia d’aqui as mais calorosas felicitações”)
- [43] *A Fraternidade*. Lamego, nº1059 (19/Set/1931) p.3.
- [44] FERNANDES, M.A – Cinemas. In *A Fraternidade*. Lamego. nº 1061 (3 de Outubro de 1931), p.2.
- [45] *A Fraternidade*. Lamego. nº 1063 (17 de Outubro de 1931) p.2.
- [46] *A Fraternidade*. Lamego. nº 1059 (19 de Setembro de 1931) p.3.